

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Relações Bilaterais

As relações bilaterais Portugal-Espanha

Iva Pires[1] . Prof. Auxiliar da FCSH-UNL

O tema das relações Portugal-Espanha tem vindo a ganhar uma crescente visibilidade seja pela temida “invasão das empresas espanholas” seja porque, em apenas duas décadas, os dois países passaram por processos de transformação política, social e económica em alguns aspectos convergentes, o que contribuiu para os aproximar, contrariando a situação anterior de afastamento, pouco natural tendo em conta a proximidade geográfica. A relevância do estreitamento das relações entre os dois países ibéricos consubstancia-se na criação, em 1983, ainda antes da adesão à CEE, das Cimeiras Luso-Espanholas, um fórum privilegiado de discussão de problemas e interesses comuns, de concertação de estratégias de negociação e de fortalecimento dos laços de cooperação.

Partindo de situações distintas em termos de internacionalização das suas economias – Portugal mais avançado pela integração na EFTA e noutros organismos de regulação internacionais e a Espanha mais centrada no seu mercado interno – pouco trocando entre si apesar de partilharem a fronteira, iniciam em simultâneo dois processos relevantes para o futuro de ambos: o processo de integração na CEE e o de aprofundamento das relações económicas e políticas no contexto da Península Ibérica. Para além destes dois níveis de integração, regional e europeu, e face ao novo contexto interno e global, os dois países têm procurado posicionar-se no mapa global, em ambos os casos explorando solidariedades baseadas na língua, na cultura ou em períodos de História comum.

Ao nível de integração regional, e desde meados da década de oitenta, vários factores têm contribuído para aproximar os dois países, entre eles o desaparecimento das formalidades da fronteira, a democratização política, um esforço de planeamento de redes de mobilidade de interesse comum e a introdução de uma moeda única. Aliados à compressão espaço-tempo proporcionada pelo desenvolvimento das telecomunicações e à redução do efeito de fricção da distância estes factores contribuíram para aumentar a mobilidade e a comodidade das deslocações no interior da Península Ibérica aproximando as duas sociedades e as suas economias. Não sendo totalmente verdade que antes da integração na CEE os dois países viviam de “costas voltadas”, certo é que o volume de comércio era pouco significativo e a fronteira pouco permeável, embora fluxos clandestinos de pessoas e mercadorias sempre tivessem existido, com maior ou menor intensidade dependendo da conjuntura, aproximando sobretudo as comunidades raianas.

Logo após a adesão à CEE as duas economias começaram a descobrir-se e as empresas a explorar oportunidades no mercado vizinho. Fluxos de produtos, de capitais e de turistas passaram a atravessar regularmente a fronteira, agora mais permeável, contribuindo para a crescente integração das duas economias. A concentração no tempo, a orientação para os serviços (banca, imobiliário e comércio a retalho), contrariando a tendência dos investidores tradicionais, como o francês, o inglês ou o alemão para a indústria transformadora, e a visibilidade das marcas espanholas nos eixos urbanos mais centrais, ajudaram a criar uma imagem generalizada de que o nosso mercado estava a ser “invadido” por empresas espanholas, contrariando a desejável reciprocidade na abertura de ambos os mercados. Mas

uma análise mais atenta dos fluxos de investimento entre os dois países mostra que, apesar de a Espanha ter avançado primeiro, nos últimos anos Portugal conseguiu recuperar, em resultado investimentos significativos realizados por grandes grupos económicos portugueses (Sonae, Petrolgal, EDP, CTT, Cimpor...). Faltará uma maior participação das PME's portuguesas no mercado espanhol contribuindo assim para consolidar a posição das empresas portuguesas no mercado ibérico.

A integração na CEE fez-se em conjunto, nesta primeira fase, já que os dois países partilhavam problemas semelhantes relacionados com o fraco nível de desenvolvimento, com a necessidade de modernizar infra-estruturas de mobilidade e de produção, agrícolas e industriais, para se poderem integrar plenamente num espaço económico mais competitivo. Quando aderiram à CEE ambos tinham níveis de desenvolvimento e de rendimento muito inferiores aos da média comunitária. Em 1988 o PIB per capita de Portugal era de 58.9% e o de Espanha 74% da média comunitária, mas em 2001 esses valores passaram para 70.7% e 84.2% (EU=15) e em 2004 para 72.5% e 98.1% (EU=25) (Relatórios da Coesão), o que significa que o processo de convergência da Espanha foi mais rápido que o nosso. Assim, se no início partilhávamos interesses sendo mais fácil constituirmo-nos como parceiros na luta por objectivos comuns, actualmente a Espanha, pela dimensão e pelo dinamismo da sua economia aspira a desempenhar um papel mais activo na União Europeia.

Quanto ao 3º nível de integração proposto, se considerarmos os fluxos de investimento no exterior como indicador dos interesses estratégicos das economias, os dos portugueses estão claramente fora da Europa, o mesmo acontecendo em parte com os da Espanha. Ao contrário dos outros países membros em que o grosso dos investimentos se realiza intra-UE ou se orienta para os EUA, as empresas portuguesas quando tiveram capacidade de internacionalização escolheram investir fora do espaço económico europeu, sobretudo no Brasil. Pode ficar a dúvida se se tratou de uma orientação estratégica ou de uma "fuga" aos mercados europeus mais competitivos e mais exigentes mas, entre meados e finais da década de 90 aquele país representou o principal destino dos investimentos portugueses no exterior. Também a Espanha escolheu a América do Sul como destino privilegiado do seu investimento no estrangeiro para onde orientou, em 1999, 60% do total. Depois de uma fase que parece ter sido sobretudo exploratória, o início da presente década mostra uma clara reorientação dos investimentos, tanto de Portugal como de Espanha, para países membros da U.E., resultado da instabilidade dos mercados sul americanos e da necessidade de diversificar geograficamente os investimentos.

De futuro, o processo de integração do Mercado Ibérico prosseguirá em resultado da intensificação dos fluxos entre as duas economias (a Espanha recebeu, em 2004, 20% do investimento português enquanto com origem naquele país se acentuam sobretudo os fluxos comerciais) e da exploração de oportunidades por parte das regiões e agentes económicos. Ao mesmo tempo alianças estratégicas e joint ventures entre empresas portuguesas e empresas espanholas podem vir a tornar-se relevantes (e vantajosas para ambas as economias), seguindo o exemplo da associação entre a PT e a Telefónica no Brasil, para explorar oportunidades em mercados emergentes em que os riscos são mais elevados. Resta o aprofundamento da integração na UE onde, depois de uma primeira fase em conjunto, provavelmente cada país avançará por si.

[1]Coordenadora do projecto IberMint (*Iberian Market Integration: a dependent and territorially differentiated process?*), POCTI/GEO/48477/2002, co-financiado pelo FEDER.